

**DISCIPLINA POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO  
UNIDADE 4  
TRANSCRIÇÃO ADAPTADA DA ENTREVISTA COM A PROFESSORA<sup>1</sup>  
PATRÍCIA LUIZA FERREIRA REZENDE-CURIONE**

JANETE MANDELBLATT

- Olá! Meu nome é Janete e este é o meu sinal. E essa é...

ERICA ESCH MACHADO

- Meu nome é Erica e meu sinal é este.

JANETE MANDELBLATT

- Nós duas somos responsáveis pela disciplina [Políticas Públicas](#) e Educação, e hoje iremos conversar com uma pessoa que trata da temática “[Políticas Públicas](#) e Educação de Surdos”. Essa convidada é uma pessoa de grande importância e é conhecida de vocês. Ela se chama Patrícia Luiza e seu sinal é este.

ERICA ESCH MACHADO

- Ela é uma referência na defesa da escola bilíngue para surdos no Brasil.

PATRICIA LUIZA REZENDE

- Obrigada pelo convite.

JANETE MANDELBLATT

- Obrigada pelo seu aceite do convite. A pergunta que te faço é – considerando-se duas áreas: “[Políticas Públicas](#) e Educação de Surdos” e “Os Movimentos Surdos”, qual seria a ligação entre elas?

---

<sup>1</sup> A primeira versão desta transcrição foi publicizada no ano de 2018, no contexto do Curso de Pedagogia, modalidade EaD, e no Repositório Huet. A atual versão (2022) passou por pequenas revisões, dentre elas, a inserção de novos hiperlinks que remetem à definição de termos em Libras.

PATRÍCIA LUIZA REZENDE

- Uma ótima pergunta. Como o Movimento Surdo está relacionado com a [Política Pública](#) Educacional? Que ligação existe entre essas duas áreas? Começo pensando na experiência vivida, na trajetória de exclusão social e como nos veem, de modo geral, como inferiores. Sentimos que é necessário valorizar algumas coisas, como por exemplo, a Lei de Libras; porque sabemos que a língua de sinais tem sido subalternizada. E qual a postura do Movimento Surdo? Reivindicar e, com essa reivindicação, conseguimos a Lei de Libras, certo?! Sofremos opressão em relação à língua de sinais, mas, com as reivindicações e lutas lá no [Congresso Nacional](#), em Brasília, conseguimos a Lei de Libras já há uns 16, 17 anos.

- Ao sentirmos que falta alguma coisa, é importante reivindicarmos. Por meio do Movimento Surdo, reivindicamos a escola bilíngue para Surdos. Foi um desafio para nós, surdos, o que aconteceu, que nos deixou estarecidos, agitados, em 2011, mas que antes já tinha nos preocupado. Vou explicar.

Em 2010, eu era diretora de políticas de educação da FENEIS, e já me preocupava com o decreto 6571/2008, que repassava verbas para escolas inclusivas com AEE, mas não repassava verbas para as escolas especiais, ou seja, as APAE, as escolas de surdos, autistas, pessoas com Down, entre outras. Isso em âmbito nacional, acarretando problemas por falta de verbas. Enviavam verbas só para escolas inclusivas e com AEE. Fazendo uma análise nacional, encontrei esse problema de repasse de verbas, principalmente para escolas de surdos.

- Assim, em 2010, começou o Congresso Nacional de Educação (CONAE), que tinha liderança Surda, com membros, delegados que foram a Brasília, formando um movimento com a proposta de escola de surdos, dentre outras propostas. Entretanto, corria especialmente dentro do MEC, uma conversa de vetar a participação dos surdos. Houve uma mobilização de vários grupos, de indígenas, de “especiais”, de pessoas a favor da inclusão, e, por outro lado, contra nós, surdos. Essa postura ocorreu por causa da falta de informação sobre os surdos. Eles devem ter pensado que era melhor a inclusão do que a escola de surdos, pois esta seria uma segregação. Esse episódio aconteceu em 2010. Teve vários outros entraves quando me passaram essas informações. Nessa época (como já dito), eu estava como diretora da FENEIS. Teve uma entrevista para a revista da FENEIS, abordando os ocorridos no CONAE em 2010, em que relatei essa situação.

- A princípio estávamos em alerta, mas em 2011 ficamos extremamente preocupados com uma visita que recebemos aqui no INES de uma pessoa do MEC, em cargo de

responsabilidade, por volta de fevereiro, alegando a necessidade de se fechar o INES e dizendo que todos os alunos deveriam migrar para a inclusão. Isso foi um choque, e o movimento se intensificou, lembra?! Fomos a Brasília e reivindicamos e explicamos que não aceitávamos o fechamento do INES. A minha preocupação e dos demais surdos não era só o fechamento do INES, mas a possibilidade de as outras escolas de surdos, espalhadas no território nacional, serem fechadas também. O fechamento do INES significaria o fechamento de todas as escolas de surdos. Diante disso, pensamos e preparamos propostas com as necessidades dos surdos e entregamos ao [Congresso Nacional](#). Porém lá no [Congresso](#) já existia um Projeto de Lei, que era o projeto do [PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO \(PNE\)](#).

- O [PNE](#) não tinha proposta voltada para o surdo, só constava do projeto que o surdo precisava de educação bilíngue Libras/Português, mas não esclarecia como seria essa educação. O Projeto de Lei estava em discussão, e esse assunto é importantíssimo, pois o [PNE](#) tem o prazo de duração de 10 anos! E inclui previsão de verbas, não só para a educação de surdos, mas, de maneira nacional, para transporte de alunos, alimentação, salários dos professores, verbas para educação de indígenas, negros, ensino de Libras, universidades, pesquisas e várias outras coisas voltadas para o tema da Educação Nacional.

E tinha esse parágrafo que tratava do surdo na inclusão. E existia o risco do fechamento das escolas de surdos no território nacional. Tinha sido preparada uma proposta (sem a participação do Movimento Surdo) e o MEC encarregou os deputados e senadores de fazerem as modificações nesse projeto.

A proposta da FENEIS foi feita em cima do parágrafo que abordava a necessidade de se oferecer uma educação de surdos. E a nova proposta falava em **escolas bilíngues, salas de aulas bilíngues e escolas inclusivas**. Com essas três opções, a família poderia escolher, ou o próprio surdo poderia escolher a que achasse melhor. O MEC queria tirar as duas primeiras, restando só a inclusão de forma direta e já resolvida. Mas havendo esse risco, a FENEIS, de maneira mais flexível, apresentou essas três opções.

Eu mencionei sobre a FENEIS, pois ela está ligada ao Movimento Surdo. Eu estava como diretora nessa época e participante no Movimento Surdo. Entregamos a proposta, e foi preciso discutir em audiência, dialogar com deputados e senadores, o que não é nada fácil. Isso foi feito de 2011 até 2014. Foi trabalhoso, sofrido, pois eles retiraram muitos parágrafos. A proposta dos surdos os deputados aceitaram, entretanto dentro do MEC existia uma pessoa que pedia para retirar nossas propostas e nós insistíamos em manter

dentro do projeto. Foi preciso eu tomar a atitude de retirar o microfone da pessoa que era a favor e defendia a inclusão, pois lhe faltava respeito para com o surdo. Ela queria nos rebaixar, mas nada disso! Os deputados e senadores ficaram surpresos diante disso e aceitaram manter o parágrafo (que nós propusemos) tratando sobre o surdo.

Esse período, de 2011 até 2014, foi importantíssimo, e o [PNE](#) se tornou Lei, o que nos deu grande alívio. Contudo, a questão prática ficou a desejar. Podemos ter como exemplo o INEP, que tem a responsabilidade de fazer o CENSO ESCOLAR, que é o registro nacional de todas as escolas públicas e privadas. Foi feito o censo, a catalogação e assim que o registro foi fechado notamos que de escolas bilíngues, registradas só havia as escolas bilíngues indígenas. De surdos, havia apenas uma! Esse registro é do ano de 2007- e do ano de 2008 até hoje nenhum registro foi feito.

O INEP há pouco tempo, do ano passado para esse ano, de 2018, recebeu a proposta que a FENEIS, na pessoa do André Reichert, que é o atual diretor de [Políticas Públicas](#) da FENEIS, preencheu. E, a princípio, aceitou para o próximo ano, fazer o registro em todo o território nacional, pois, sem esse registro, não há verbas; e, havendo o registro, consegue-se verba. Porque não adianta só a parte legal, precisa também outros documentos para anexar, para que, assim, se tenha uma implementação oficial.

E ainda mais importante, foi a questão do ENEM. O Movimento Surdo, sentindo de maneira enfática uma exclusão, que já ocorria por anos, pela falta de acessibilidade, pela falta de alocação dos intérpretes. E mesmo quando houve essa alocação, ocorriam falhas, por se fazer a tradução na hora. E já ocorreu de ser proibido interpretar, apenas atuar como fiscais. Mas intérpretes só fiscalizam?! Não!!!

Também houve orientações erradas, como, por exemplo, o intérprete só poder traduzir palavras isoladas, não podendo traduzir frases e textos. Como é isso? Que estranha essa situação do ENEM!

Por causa disso, a FENEIS, foi ao INEP conversar e promover constantes negociações, mas eles continuavam irredutíveis, alegando questões burocráticas, dificuldades nos projetos e outras coisas mais. Inclusive alegaram que com intérpretes fazendo a tradução da prova, iriam vazar informações! E nós defendemos que isso não aconteceria, visto que são profissionais confiáveis. E eles dizendo que haveria vazamento, sendo que eram desculpas da parte deles.

Diante dessa atitude inflexível, a FENEIS procurou e encontrou um advogado que aceitou entrar com um processo contra o MEC, isso em 2014. Os trâmites do julgamento foram acontecendo, mais documentos foram sendo anexados, e o juiz, em 2016, decidiu “bater

o martelo”, dando-nos um alívio por essa conquista: que o ENEM obrigatoriamente traduzisse toda a prova e isso se iniciou em 2017. Foi uma vitória para nós, surdos!

Outra dificuldade encontrada no ENEM em 2017, mesmo com toda tradução, foram as notas dos alunos, que ficaram abaixo do esperado. Mas isso se deu por causa da Libras? Não!!! Foram os conteúdos por eles estudados em toda a sua trajetória escolar de maneira insatisfatória, por falta de acessibilidade, falta da escola bilíngue que é a base necessária. Esse foi um novo desafio, pois o Movimento Surdo já expôs essa situação de notas ruins dos alunos não sendo por causa da tradução em Libras, e sim, por conta do percurso defasado, ruim, da educação desses alunos. Sendo assim, temos que pensar nos próximos passos, nas nossas conquistas e necessidades, principalmente vocês, alunos, que serão os futuros pedagogos, assumindo essa responsabilidade maior, pois verão os resultados. Como pedagogos, não só ao ministrarem as suas aulas, mas também como responsáveis, que discutirão as [Políticas Públicas](#) para a Educação de Surdos. Essa será a responsabilidade de cada um, nos seus polos, em todas as capitais, vocês que irão conversar e dialogar sobre políticas, com vereadores, prefeituras, estados, para progredir e ter uma escola bilíngue de qualidade na Educação de Surdos.

ERICA ESCH MACHADO

- Qual a sua opinião sobre a inclusão escolar dos surdos e sobre Escolas para Surdos?

PATRÍCIA LUIZA REZENDE

- Essa é uma ótima pergunta. Como expliquei anteriormente, o baixo rendimento escolar do aluno surdo, em âmbito nacional, foi evidenciado pelas notas no ENEM. Diante disso, a proposta do Movimento Surdo tem sido a de defender a escola bilíngue, o que é o óbvio! Pois sem as escolas bilíngues fica inviável o progresso dos surdos em relação às informações, conhecimentos e seus desdobramentos. Por isso se faz necessária a escola bilíngue, considerando-se como L1 a Libras e, como L2, o português escrito. Entretanto, não adianta só alocarem docentes, sem sinalizar e sem entender Libras. Assim, ficamos no impasse e não avançamos! O problema do surdo é a surdez (ou a perda auditiva), que impede que cheguem a ele as informações? Não!!! É sim, a falta de profissionais docentes que tenham fluência em Libras!!! Encontrando-se essa proficiência, e mais, a didática focada no surdo, a cultura surda, e, levando-se em consideração a comunidade e o jeito surdo de ser, se consegue alavancar o aluno surdo.

E não é só essa questão. Existe a (falta de uma) política linguística direcionada ao surdo. Pois desde o nascimento, após o descobrimento de o bebê ser surdo, ele deveria ser imediatamente direcionado à língua de sinais. Porque temos surdos com 6 e 7 anos que estão atrasados, que não têm nenhum contato com a língua de sinais. Como essas crianças conseguirão aprender a escrever em português? Antes disso, elas precisam ter uma boa base (em Libras!).

Eu sou professora de Pedagogia na modalidade presencial e também na educação a distância. Atuando no NEO, eu percebo que a maioria dos professores surdos, não, desculpe, não são professores, e sim alunos surdos, tem dificuldades em escrever. Isso é por que são surdos? Não!!! A educação básica, essa sim, é o problema. É preciso ver os processos para se obter maior qualidade na Educação de Surdos. Essa é a principal preocupação, em como serão empregadas estratégias para melhorias, por isso é necessário pensarem em como se ter uma inclusão real, com qualidade linguística de fato, para os surdos.

ERICA ESCH MACHADO

- Algumas pessoas falam que a Educação de Surdos deve estar vinculada à Educação Especial. Você concorda? Explique- nos.

PATRÍCIA LUIZA REZENDE

- Essa é uma dificuldade: as pessoas pensam que os surdos estão incluídos na Educação Especial. Não é fácil essa discussão. Lá mesmo no MEC, até hoje, eles têm isso em mente, que os surdos estão dentro da Educação Especial. Mas como assim? Já há anos, pesquisas feitas por surdos e também por ouvintes mostram que não faz sentido os surdos estarem inseridos na condição de “especiais”, até porque Educação Especial subentende que os conteúdos sejam resumidos para que seja fácil para o aluno entender. E cada vez mais resumido. Não é esse o caso dos surdos.

Os surdos são sujeitos que têm a língua de sinais e a L2 em modalidade escrita, são bilíngues. Vocês sabem que os indígenas têm uma educação bilíngue, tendo a língua deles mantida mais o português como L2, pois vivem no Brasil, certo? Eles estão inclusos na Educação Especial? Não! Também as pessoas que moram nas divisas do país, nas fronteiras com a Argentina, o Chile, a Bolívia, a Venezuela. Entre eles, às vezes, ocorre a mistura das línguas, como o *portunhol* (português com espanhol) existindo uma

educação bilíngue nessas divisões territoriais. Elas estão dentro da Educação Especial?  
Não!

Essa insistência em estar incluso da Educação Especial traz o significado de que a língua de sinais é uma língua própria de deficientes, pertencentes à Educação Especial. A língua de sinais já está mais do que comprovada por inúmeras pesquisas como estando no mesmo patamar que outras línguas (inglês, espanhol etc.). A língua de sinais já tem essa comprovação, que é uma língua de fato. No entanto, o MEC, ainda tem o pensamento de que só os surdos precisam da língua de sinais para conseguir entender tudo. Nada disso! Os ouvintes também se utilizam da língua de sinais para se comunicar e interagir, isso de forma natural. A língua de sinais, então, não é só do surdo, os ouvintes a usam nas suas interações, qualquer pessoa que desejar pode usá-la, sem problema algum, não é só por causa do surdo que existe a língua de sinais. Por isso, precisamos desvincular da educação especial e concentrar na educação bilíngue, certo?

Esse assunto é muito polêmico ainda, mas estamos em processo de desenvolvimento para conseguirmos nos desvincular (da Educação Especial). Nos próximos anos, futuramente, isso vai mudar. Por que esse é um pensamento novo, que se iniciou em 2014. E também vamos pensar nas demais escolas no território nacional para alunos surdos, que continuam nominalmente chamadas de escolas especiais. E têm pessoas que querem modificar o nome para escola bilíngue para surdos. Por que não? Temos como exemplo a escola em São Paulo, no interior..., não, desculpa, não é interior, é na capital de São Paulo. Existia antes uma escola municipal especial para surdos..., não, é escola municipal de educação especial para surdos, algo do tipo, mas agora mudou para Escola Municipal de Educação Bilíngue para Surdos. Por que não?

Isso é uma luta entre a escola especial e a bilíngue, ainda uma disputa acirrada entre elas. Mas para o surdo é preciso, de fato, uma educação linguística e não, Educação Especial. É isso!

JANETE MANDELBLATT

–Nos últimos anos, houve avanços na Educação de Surdos no Brasil, assim como progresso nas [políticas públicas](#) para essa educação. Quais foram esses avanços e quais são os atuais desafios?

PATRÍCIA LUIZA REZENDE

– As conquistas foram boas, como a Lei de Libras, trazendo a visibilidade para a língua de sinais. E essa visibilidade trouxe a garantia da língua. Mas na questão da prática, temos algumas faltas. Além da Lei de Libras, temos o [PNE](#), onde tivemos conquistas, mas também ainda falta a prática. Temos o ENEM com tradução, a lei dos intérpretes e outros pontos. A coisa principal, que falta, é a criação, em todo Brasil, de escolas bilíngues, de maneira real. Para isso precisamos conversar e negociar com o MEC para mudarmos a política nacional de educação inclusiva para uma política nacional de educação bilíngue para os surdos, e isso é urgente!

Nós queremos de maneira enfática que o ENEM mude. Não só ele, mas também outras provas no Ensino Fundamental 1 e 2, no Ensino Médio e no Ensino Superior, como, por exemplo, a Provinha Brasil, a ANA - que é sobre a alfabetização, o ENADE e outros exames, que são ligados ao INEP, necessitando serem traduzidos para a Libras. Outras coisas que precisam... - deixa eu pensar... – Ah, sim! O INEP precisa registrar as escolas bilíngues para o recebimento das verbas em todo o Brasil. Por exemplo, a escola de São Paulo, que é uma escola bilíngue para surdos, não está registrada no INEP. A necessidade de registro é para se conseguir verbas.

O Letras/Libras teve um grande crescimento pelas capitais, mas falta agora a pedagogia bilíngue ter esse crescimento também, não só no ensino a distância, como presencialmente. Porque pedagogia bilíngue é uma base primordial para a fase da alfabetização, do Fundamental 1 e 2 e daí em diante. As universidades precisam oferecer (aos surdos) disciplinas com qualidade e, para isso, precisa-se de pedagogia bilíngue, principalmente.

Vocês, alunos surdos, tem essa responsabilidade enorme, se formando em Pedagogia, de fato, bilíngue. Essa é a sua responsabilidade fundamental, e isso me deixa muito feliz. No futuro irei ministrar uma disciplina para vocês e quero que pensem e se sintam nessa luta política, pois essa disciplina ajudará vocês a terem ciência dos movimentos para melhorar a qualidade da educação de surdos. E eu me sinto honrada de empoderar vocês, alunos, pois desejo de maneira nacional que tenham o meu apoio, pois terei vocês para me apoiar nas lutas lá em Brasília no futuro. Então vamos juntos na luta pela qualidade de uma educação para os surdos no Brasil. Muito obrigada.

JANETE MANDELBLATT

- Vocês gostaram da presença dela? Foi ótima, não foi? Muito obrigada!

PATRÍCIA LUIZA REZENDE

- Obrigada!

ERICA ESCH MACHADO

- Foram maravilhosas as explicações, você é uma pessoa modelo na defesa dos direitos dos surdos por uma escola melhor para eles. Obrigada!

PATRÍCIA LUIZA REZENDE

- Eu é que agradeço a vocês pelo convite. Muito obrigada!